
Fontes. acervos e documentos para o estudo da história política do Norte do RS (1850-1950)

*Ana Luiza Setti Reckziegel**
*Eliane Lucia Colussi***

Resumo: O objetivo central deste artigo diz respeito ao relato do trabalho de localização, cadastro, fichamento e análise de fontes primárias indispensáveis ao estudo de história política regional, especificamente aqui tratada a Região Norte do Rio Grande do Sul. Os principais acervos documentais, privados ou públicos, pela importância política, foram localizados nas cidades de Passo Fundo, Cruz Alta, Palmeira das Missões, Lagoa Vermelha, Soledade e Carazinho. Ao final do processo de pesquisa, foi organizado e publicado um Catálogo de Fontes para o Estudo de História Política Regional (1850-1950), volume I.

Palavras-chave: história política, história regional, acervos documentais.

Abstract: The main aim of this paper is relate to the work of location, entry, catalogue and analysis of the primary sources that are essential for the study of political and regional history, specifically the north region of Rio Grande do Sul, treated here. The main amount of documents, private or public, for the political importance, were located in Passo Fundo, Cruz Alta, Palmeira das Missões, Lagoa Vermelha, Soledade and Carazinho cities. At the end of this search, a Catalog of Sources for the Study of Political and Regional History (1850-1950), volume I, was organized and published.

Key words: political history, regional history, documental sources.

História política x história regional

A historiografia acadêmica tem, em geral, relegado um espaço ainda insuficiente aos estudos em torno da história política. Somente nos últimos anos é possível perceber um movimento de *retorno* ou *revitalização* da história política no Brasil e no Rio Grande do Sul. Entretanto, historiadores importantes, no âmbito internacional, tem se mobilizado desde a década de

* Docente no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo;
e-mail: analuiza@annex.com.br

** Docente no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo;
e-mail: colussi@upf.br

70 no sentido da recuperação do *político* como um gênero histórico autônomo.¹.

Os críticos da história política, a maior parte oriundos da tradição marxista em voga a partir da década de 30, colocaram a história política na marginalidade por muitas décadas. Para eles, o político estava condicionado ao socioeconômico, não existindo possibilidades de serem interpretados os processos e as conjunturas políticas sem antes estudar economia e sociedade. As críticas tinham de fato procedência. Na essência das críticas aos estudos políticos, esteve seu caráter tradicional e elitista.

A predominância, entre os historiadores de história política, de concepções tradicionais é inquestionável. Esses estudiosos produziram, na sua maioria, obras de caráter factual e episódico. Mais grave, utilizaram como fontes de informação, exclusivamente documentos de caráter oficial, o que incidia na construção de uma história institucional e elitista. Assim, construíam-se heróis com muita facilidade: um governante, um líder opositor, um soberano, etc. A história política de fato não era problematizada na maioria desses estudos.

Os historiadores que têm trilhado o caminho da recuperação do *político*, partem da concepção de que esta deve ser estudada como uma esfera autônoma da história. Julliard, (1988, p. 181-182), comentando as críticas aos historiadores políticos, defende a seguinte posição:

Em primeiro lugar, porque não se ganharia nada em continuar a confundir as insuficiências de um método com os objetos a que se aplica. Ou bem existe, com efeito, uma natureza própria dos fenômenos políticos, que os limita à categoria dos fatos – simples espuma das coisas, espuma que se pode deixar de lado sem prejuízo –; ou bem, ao contrário, o político, como o econômico, o social, o cultural, o religioso, acomoda-se aos métodos os mais diversos, inclusive os mais modernos, e, nesse caso, é tempo de aplicá-los ao político.

O ponto de partida para a recuperação da história política parte de problemáticas e instrumentos inovadores que dão conta da sua complexidade. Em termos temáticos poderíamos elencar algumas possibilidades de estudo: relações de poder, partidos e processos eleitorais, quadros institucionais confrontados com práticas políticas; instituições e grupos políticos não formais, grupos de pressão política, idéias políticas, recepção e divulgação de ideários políticos, biografias; opinião pública; religião e política e imaginário e simbólico na política são apenas alguns exemplos das possibilidades teóricas de uma nova história política.

Em relação à história regional, podemos afirmar que as abordagens referentes ao universo da história regional têm, nos últimos anos, se multiplicado. Porém, as concepções do que realmente venha a se constituir a história regional têm variado na mesma proporção, o que ocasiona certa insegurança quando da definição da proposta de história regional, não raramente confundida como sinônimo de “menor” em relação às análises mais globais.

Acreditamos que uma abordagem de história regional está longe de sugerir estudos cujos objetos de análise fossem sumamente localizados e desarticulados do contexto mais amplo, que deve, obrigatoriamente, envolvê-los, seja em qual perspectiva de escala esteja articulado.

Na perspectiva de uma história regional que insiste na relação entre a parte – a região – e o todo – o sistema que a contém –, aponta-se para a complexidade do trabalho do historiador que se dedica a estudos de história regional, visto ser essa história não uma mera narração e descrição de fatos sem nenhuma preocupação de ordem teórica e metodológica.

Partindo do pressuposto de que a história regional não deve ser vista como fornecedora de subsídios que, somados, resultariam numa história geral ou numa história nacional, concorda-se que a história regional oferece elementos importantes para estudos comparativos.

Ainda, um ponto importante para o historiador que se dedica à história regional é que ela é capaz de revelar aspectos que não foram previamente observados no nível das análises mais amplas. Dito de outra forma, a história regional pode fornecer novas leituras da história justamente porque privilegia o singular, a particularidade não estanque em si mesma.

Por fim, deve-se ressaltar que a proposta de estudos históricos de recorte regional é manifestação de um tempo que recusa as ditas concepções hegemônicas, tentando resgatar as especificidades locais como meio de confirmar ou refutar as grandes sínteses até agora impostas como válidas para todas as realidades históricas e iluminar com novas problemáticas a tarefa do historiador.

As fontes históricas na pesquisa em história regional

A problemática de história política e de história regional, ambas carentes de fontes organizadas e disponíveis para a pesquisa na região que ora privilegiamos – a Região Norte do RS –, estimulou o trabalho de arrolamento e pesquisa de fontes documentais ligadas a essa área. O critério utilizado para a delimitação da área de abrangência da pesquisa considerou

os municípios de significativa expressão política/cultural/econômica da região do Planalto Médio gaúcho, desde a segunda metade do século XIX até a primeira metade do século XX. Assim, os municípios que fizeram parte da pesquisa foram Carazinho, Cruz Alta, Lagoa Vermelha, Palmeira das Missões e Passo Fundo.

Para o historiador, o trato com as fontes históricas, quer sejam elas formais, não formais ou informais, constitui matéria-prima indispensável para o processo de reconstituição da memória histórica. Nesse sentido, o rastreamento de documentos históricos, quer em instituições públicas, privadas ou em acervos particulares, é tarefa ainda por ser realizada na região e, desse modo, perfaz a proposta deste projeto. De forma geral, em todos os locais de pesquisa, houve dificuldade para a obtenção de informações sobre locais, tipos de documentação, pessoas ou entidades responsáveis pelos acervos e pelo estado geral de conservação dos mesmos.

Para fins de estruturação da pesquisa e das técnicas de obtenção dos dados propôs-se agrupar os acervos e documentos em três categorias. Em primeiro lugar, as fontes formais. Fontes formais é a documentação produzida tanto por órgãos públicos como por entidades privadas e que tenha um mínimo de periodicidade e de padronização nos itens de informação e que esteja veiculada como informação autorizada do órgão ou da entidade. Em segundo lugar, referenciamos as fontes não formais. Entendemos como fontes não formais os conjuntos de documentos autorizados, unificados por critérios outros que não o órgão ou a entidade que o produziu. A periodicidade não necessita ser regular nem mesmo há necessidade de uniformidade temática. Nesse grupo estão principalmente os arquivos pessoais e de organizações. Em um terceiro bloco, inserimos as fontes informais que seriam todas aquelas formas de manifestação cultural que oferecem subsídios para a caracterização do “espírito” de uma época. Encontram-se aí fontes tais como cinema, literatura, música. (SILVA, 1986, p. 83-93).

Fontes, acervos e documentos

O objetivo precípuo da pesquisa levou em conta que os resultados coletados serviriam para embasar duas questões primordiais: a do conhecimento histórico de inserção do indivíduo nas coordenadas sociais de seu passado, enquanto memória impulsionadora da ação e ferramenta de construção de seu presente e seu futuro; a da universidade em voltar-se para a comunidade regional retornando a ela enquanto produção de um resultado prático, através da identificação e localização do conhecimento de seu espaço e de sua trajetória histórica.

Dos arquivos arrolados e pesquisados, certamente parte significativa se perdeu em razão do descaso e/ou da falta de informação sobre sua relevância histórica. No caso dos acervos reunidos em bibliotecas, museus e arquivos municipais, grande parte, como já dissemos, permanece em estado de desorganização cronológica e temática, quando não submetidos a condições de armazenamento inadequadas. Contudo, temos indícios de que muitos desses arquivos permanecem conservados em mãos de particulares, historiadores autodidatas, muitas vezes descendentes de famílias tradicionalmente ligadas ao cenário político regional desde a segunda metade do século XIX.

A realização de um inventário acerca da existência e localização dos acervos públicos e privados relativos à História Política Regional também tem como objetivo divulgar a importância da conservação da memória histórica regional e oferecer aos órgãos públicos e aos detentores dos arquivos particulares a possibilidade de rever a forma de conservação e disponibilização desses acervos aos pesquisadores.

Inventário de fontes pesquisadas: resultados preliminares

A maior parte dos acervos localizados e catalogados está relacionada à história política institucional e está disponível em arquivos de caráter público, isto é, mantidos ou depositados em espaços do poder público municipal. Dessa forma, e a partir dos critérios de classificação adotados para o desenvolvimento do projeto, os principais acervos documentais são aqueles considerados fontes formais. Foram catalogados em quase todos os locais, relatórios administrativos municipais, livros de registros eleitorais, livros de atas das eleições municipais, almanaques, anais, e livros de atas das sessões das câmaras municipais, atas de reuniões, boletins informativos, correspondências recebidas e expedidas, jornais locais e regionais e coleções de legislação municipais e estaduais referentes aos séculos XIX e XX.

No grupo de fontes não formais está contida a documentação de arquivos de organizações (empresas, sindicatos, partidos políticos, etc.); discursos de políticos e personalidades locais e regionais e edições comemorativas, quase sempre de aniversário de eventos; entidades ou empresas locais ou regionais. Nas fontes informais, os acervos mais importantes foram os formados por fotografias, obras literárias de autores locais ou regionais e memórias também na região.

Em alguns municípios, a pesquisa foi desenvolvida com maior facilidade, tendo em vista já existirem políticas institucionais melhor definidas para as questões de patrimônio e memória histórica. Assim, chegou-se aos locais onde estão depositados os acervos, obtendo-se as informações preliminares indispensáveis para o manuseio dos materiais. Esses foram os casos de Passo Fundo e Cruz Alta, onde já existem arquivos organizados. Em Passo Fundo, além do Arquivo Histórico Regional, mantido pela Universidade de Passo Fundo, conta-se também com o arquivo da Câmara Municipal de Vereadores, com a Biblioteca Pública Municipal e com o Museu Histórico Regional. Desses, a maior parte da documentação referente à história política regional está no Arquivo Histórico Regional.

Em Cruz Alta, município mais antigo em termos político-administrativos, aparecem os principais acervos do século XIX em termos regionais. A documentação mais rica, quantitativa e qualitativamente, encontra-se no Museu Municipal de Cruz Alta, localizado na antiga Viação Férrea daquele município. Além disso, foram localizados acervos importantes na Biblioteca Municipal de Cruz Alta, na sede do *Jornal Diário Serrano* e na Prefeitura Municipal de Cruz Alta.

Em Carazinho, apesar de terem sido localizadas coleções menores, os acervos sobre história política são de extrema importância no contexto regional. Além do Museu Regional Olívio Otto, que reúne ampla e diversificada documentação, existe também o Arquivo Municipal, junto à Prefeitura Municipal do município; a Biblioteca Pública Municipal e o Arquivo da Loja Maçônica Honra e Trabalho.

Em Palmeira das Missões, de forma geral, não foram localizados acervos documentais importantes anteriores à década de 40. Essa realidade parece não coincidir com o fato de o município ter sido um importante espaço de articulação política bem antes da república velha gaúcha. Ao que consta, a maior parte das coleções documentais anteriores a 1940 foi sendo eliminada. Os locais onde estão armazenados os principais documentos do município são: Prefeitura Municipal, Biblioteca Municipal e Câmara Municipal de Vereadores de Palmeira das Missões.

Situação semelhante foi constatada no município de Lagoa Vermelha. Um grande volume de documentação dos séculos XIX e XX estava armazenado em salas do prédio da Prefeitura Municipal. Não havia qualquer tipo de organização ou cuidados com a conservação dessa documentação. A partir dos contatos realizados entre os pesquisadores e as autoridades municipais, firmou-se um convênio entre a Prefeitura Municipal de Lagoa Vermelha e a Universidade de Passo Fundo, no qual a documentação da

Prefeitura Municipal de Lagoa Vermelha foi transferida para o Arquivo Histórico Regional que terá a guarda dos mesmos e a responsabilidade de conservar e organizar os materiais.

Considerações finais

Identificar, cadastrar e catalogar fontes sobre história política regional, num lapso temporal de um século (1850-1950), constitui-se também em uma tarefa cultural-educativa, tendo em vista que deflagra o comprometimento da comunidade regional com a preservação de sua história. No transcorrer do desenvolvimento do projeto, novas necessidades foram sendo constatadas e, naturalmente, houve um desmembramento do mesmo, tendo em vista atender às novas demandas. Um exemplo foi a localização dos acervos do poder judiciário das comarcas de Passo Fundo e de Soledade.

A partir de pesquisas desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, chegou-se a esses importantes acervos até então não acessíveis ou abertos à pesquisa. Na ocasião, estabeleceu-se uma negociação entre o Poder Judiciário do Rio Grande do Sul e a Universidade de Passo Fundo, o qual resultou na assinatura de um convênio, possibilitando a transferência de todos os processos judiciais para o Arquivo Histórico Regional.

Assim, o projeto de localização e catalogação de acervos relacionados à história política regional ainda está sendo desenvolvido, pois à medida que eram localizados esses conjuntos documentais em um determinado lugar, em seguida novas informações revelavam novos acervos. Referimos, além do acervo do poder judiciário, acervos privados, arquivos paroquiais, de sindicatos, partidos políticos, etc.

Acreditamos que a preservação da memória de uma região, de uma nação, passa pelo entendimento de que o ofício do historiador não se aprende lendo manuais ou livros de história. O ofício se aprende em contato com documentos e, no mais das vezes, com documentos escritos, é ir às fontes, ver com seus próprios olhos, chegar a uma conclusão pessoal. Assim, o historiador deve buscar nos documentos respostas para suas questões, garimpando fundo. (DEL PRIORE, 2002, p. 9-20). Assim, “o arquivo, por seu turno, devolve-lhe o esforço, modificando suas perguntas e problemáticas, enriquecendo suas informações, ajudando-o a definir uma intriga e a definir um cenário”. (DEL PRIORE, 2002, p. 20).

Notas

¹ A historiografia francesa deu os primeiros passos nesse movimento. O primeiro historiador a levantar a questão da necessidade de revitalizar a história política foi Jacques Le Goff em 1977 no texto *L'histoire politique est-elle toujours l'épine dorsale de l'histoire?* In: *L'imaginaire médiéval*. Paris: Gallimard, 1977. Depois dele, outros

historiadores estimularam estudos e debates sobre história política: JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/ Editora FGV, 1996.

Referências

BORGES, Vavy Pacheco. História política: laços permanentes. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 12, n. 23-24, p. 7-18, set. 91 ago. 92.

DEL PRIORE, Mary. Fazer a história, interrogar documentos e fundar a memória: a importância dos arquivos no cotidiano do historiador. *Território e Fronteiras – Revista do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Mato Grosso*, v. 3, n. 1, p. 9-20, jan./jun. 2002.

FÉLIX, Loiva Otero. A história política hoje: novas abordagens. *Revista Catarinense de História*, n. 5, p. 49-66, 1998.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova velha história: o retorno da história política. *Revista Estudos Históricos*, p. 265, 1992. v. 5.

GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; COLUSSI, Eliane Lucia. *Catálogo de fontes para o estudo de história política regional (1850-1950)*. Passo Fundo: UPF, 2002.

REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ/ Editora FGV, 1996.

SILVA, Vera Alice Cardoso. Fontes de história regional: subsídios para estudos comparativos e temáticos. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 83-93, jan./jun. 1986.